



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Política social e estratégias de desenvolvimento.

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BAIXO AMAZONAS:
OS DESAFIOS DA OPERACIONALIZAÇÃO**

Patrício Azevedo Ribeiro¹

Resumo

O artigo analisa a operacionalização da política de Assistência Social nos municípios de Maués e Parintins, Baixo Amazonas, no âmbito da Proteção Social Básica. Constitui-se parte de uma dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Pautou-se na revisão bibliográfica e pesquisa de campo de natureza qualitativa realizada na área urbana dos municípios de Maués e Parintins. Os dados apontam desafios de concretização da referida política, sobretudo pelas questões de financiamento; condições físicas, materiais e humanas de trabalho, e os aspectos geográficos.

Palavras-chave: Assistência social. Proteção social básica. Baixo Amazonas.

**POLITICS OF SOCIAL ATTENDANCE IN THE LOW AMAZON:
THE CHALLENGES OF OPERACIONALIZAÇÃO**

Abstract

The article analyzes the operationalization of the politics of Social Attendance in the municipal districts of Maués and Parintins, Low Amazon, in the extent by the Basic Social Protection. It is constituted leaves of a dissertation of Master's degree presented to the Program of Masters degree in Social Service and Sustainability in the Amazonian. It is ruled in the bibliographical revision and research of field of qualitative nature accomplished in the urban area of the municipal districts of Maués and Parintins. The data point challenges of materialization of the referred politics, above all for the financiamento subjects; physical conditions, materials and human of work, and the geographical aspects.

Keywords: Social attendance. Basic social protection. Low Amazon.

Introdução

No contexto histórico da sociedade brasileira o debate sobre a Assistência Social assenta-se numa área polêmica e complexa, em razão de sua historicidade que é marcada pelo caráter residual, aparente e estigmatizado de *não política pública*. É com a aprovação da Constituição Federal (CF) de 1988 e sua regulamentação por meio da LOAS (1993) que a Assistência Social ganha destaque, pois torna-se integrante da Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência.

¹ Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Professor do Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, Campus Parintins. E-mail: <patricio_azevedo@yahoo.com.br>.

No caso da Região Amazônica, segundo Teixeira (1998), Maciel (2002) e Silva (2012), é reconhecida a importância da política pública de Assistência Social para a realidade dos municípios, sobretudo a partir da criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). No entanto, compreendem que sua operacionalização ainda tem um caminho a percorrer no sentido de atingir proficuamente seus objetivos e assim contribuir sobremaneira para a melhoria das condições de vida da população local.

Pautado nesse entendimento, este artigo tem por objetivo analisar a operacionalização da política de Assistência Social nos municípios de Maués e Parintins, Baixo Amazonas, no âmbito da Proteção Social Básica (PSB). Constitui-se parte de uma dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Quanto aos procedimentos metodológicos, o trabalho tem por base a revisão bibliográfica seguido da pesquisa de campo de natureza qualitativa realizada na área urbana de Maués e Parintins. Os informantes do estudo foram os gestores das Secretarias Municipais de Assistência Social; profissionais da Equipe Técnica dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, sendo um de cada cidade; e beneficiários dos Serviços Socioassistenciais. Para tais informantes utilizou-se formulários com perguntas abertas e fechadas e entrevistas semiestruturadas, além da observação sistemática e diário de campo que contribuiram no processo da pesquisa.

Assim, o trabalho está estruturado em três partes. A primeira faz uma discussão sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o SUAS focalizando na PSB. A segunda afunila o debate para o contexto amazônico sinalizando os emaranhados da referida política na região, bem como traz um panorama da PSB no Estado do Amazonas. Por fim, aborda-se a realidade dos municípios de Maués e Parintins, *locus* do estudo de campo, onde evidencia-se a realidade do trabalho realizado pela PSB e os desafios de sua operacionalização nos CRAS.

Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: Marco da Proteção Social Básica

A PNAS cuja aprovação ocorreu por meio do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) via Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004, é resultado de amplos debates proferidos na IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em Brasília, ano de 2003. As assertivas contidas na política clarificam as

diretrizes para efetivação da Assistência Social como um pilar da proteção social brasileira na ótica do direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

Conforme a PNAS (2004), um duplo efeito é engendrado a partir do momento que se entende a Assistência Social como sendo direito à proteção e à seguridade social. Primeiro que é concebida como meio de suprir um recebimento social e econômico daqueles que procuram os serviços socioassistenciais; segundo que contribui para o desenvolvimento das capacidades, como consequência, maior autonomia dos sujeitos.

Posterior à PNAS, em julho de 2005, o CNAS aprovou o SUAS com intuito de melhor regular e organizar as ações socioassistenciais em todo o território nacional. Chama atenção para o caráter inovador do SUAS, pois deixa claro que os serviços, programas, projetos e benefícios devem ter como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base central de organização. Nessa perspectiva, trabalha na ótica da justiça e dos direitos para com sua população beneficiária. Assim, Couto et al. (2011, p. 38) afirma que:

[...] a implantação da PNAS e do Suas tem liberado, em todo o território nacional, forças políticas que, não sem resistências, disputam a direção social da assistência social na perspectiva da justiça e dos direitos que ela deve consagrar, a partir das profundas alterações que propõe nas referências conceituais, na estrutura organizativa e na lógica de gestão e controle das ações na área. (COUTO *et al.*, 2011, p. 38).

Isso significa dizer que a gestão do SUAS vem sendo desafiada na construção desse sistema, que renova o contexto operacional da Assistência Social. Bem observado por Yazbek (2008), sua concretização de política pública de proteção social direcionada, sobretudo, aos interesses das classes subalternizadas está situada num cenário de profundas contradições e complexidades do sistema capitalista, portanto, para concretizar-se no e para o público na atual conjuntura é necessário a construção de estratégias e articulação efetiva entre as esferas governamentais, mas não só, a sociedade civil organizada deve se fazer presente em todo esse contexto.

Importa dizer que por proteção social compreende-se, segundo Jaccoud (2009), um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas com vistas à provisão de serviços e benefícios na tentativa de enfrentar situações de risco ou privações sociais. Assim, a fim de atender as contingências sociais e à universalização

dos direitos na lógica desta proteção a PNAS (2004, p. 27) pauta-se nos seguintes objetivos:

1) Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem; 2) Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; 3) Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária [grifos nosso]. (PNAS, 2004, p. 27).

Os objetivos da PNAS são abrangentes e claros quanto ao seu alcance; envolvem as áreas urbanas e rurais das regiões brasileiras provendo, nessas localidades, o acesso de indivíduos, famílias ou quaisquer outros grupos aos serviços, programas, projetos e benefícios da PSB e PSE. Contudo, é necessário refletir se tais objetivos estão de fato sendo aplicados nos municípios distantes das capitais, em particular no contexto rural.

Para Couto *et al.* (2011, p. 39), os objetivos da PNAS assinalam para algumas dimensões reflexivas e frutíferas quanto às mudanças que dinamizam a nova realidade da Assistência Social, entre as quais se coloca a “intersectorialidade”. Esta, “[...] envolve a agregação de diferentes políticas sociais em torno de objetivos comuns e deve ser princípio orientador da construção das redes municipais”.

Situando-se na perspectiva de política que contribui para o enfrentamento das desigualdades sociais e a pobreza social e econômica da população brasileira, a PNAS (2004) inovou também na operacionalização da Assistência Social com a divisão das proteções sociais afiançadas. Logo, apresenta-se em dois níveis: 1) Proteção Social Básica (PSB); 2) Proteção Social Especial² (PSE) (de alta e média complexidade). Salienta-se que o estudo ora em questão centra-se no debate da primeira.

A PSB tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, visando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL/PNAS, 2004). É uma proteção que prevê o desenvolvimento de programas, projetos e serviços de acolhimento, convivência e socialização de indivíduos e famílias, dependendo do grau de vulnerabilidade apresentada, inclusive pessoas com deficiência.

² Conforme a PNAS (2004) a PSE deve priorizar e serviços de abrigo e acolhida, em particular para aqueles indivíduos que por diversos motivos não contam mais com a proteção e o cuidado dos familiares.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, foi aprovada pelo CNAS com o objetivo de organizar as proteções sociais por níveis de complexidade. Desse modo, define que os serviços da PSB organizam-se em: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos (SCFV), e o Serviço no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas (SD).

De acordo com a PNAS (2004), os serviços da PSB devem ser executados nos CRAS, bem como em outras unidades básicas e públicas de alcance da política de Assistência Social. O CRAS constitui-se numa unidade pública estatal descentralizada. Sua implantação deve estar de acordo com os índices de vulnerabilidade e riscos sociais em territórios específicos e abarca um total de até 1.000 famílias atendidas por ano. Se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS no que concerne ao atendimento dos usuários da política.

Até setembro de 2013, o MDS já apoiava o funcionamento de **7.507** CRAS em **5.527** municípios. Eles não só oferecem serviços de proteção básica como vêm garantindo a universalização do Benefício de Prestação Continuada e o Bolsa Família. (BRASIL, 2013, p. 13, grifo do autor).

Uma análise crítica sobre a implantação dos CRAS diz respeito à sua estrutura física. Materiais elaborados pelo MDS indicam o processo de construção e organização de um CRAS, contudo, a realidade brasileira diagnosticada em pesquisas acadêmicas e relatórios do MDS e CFESS desvelam que um CRAS com sua estrutura necessária como deve ser, parece ainda ser utopia! Ou seja, algo a ser concretizado. Por outro lado, este contexto é entendido numa via processual a qual enfrenta limitações da lógica organizacional do sistema capitalista imperante nesta sociedade.

A fim de alcançar o que preconiza a PNAS, o SUAS enquanto modelo de gestão descentralizada e participativa categoriza eixos estruturantes visando melhor operacionalização da política de Assistência Social. Destarte, neste trabalho destacam-se dois eixos considerados inovadores e que fazem parte do trabalho na PSB. O primeiro refere-se à Matricialidade Sociofamiliar, tendo em vista que na contemporaneidade o debate sobre a família amplia-se, sendo compreendida tanto pelos laços consanguíneos quanto pelos laços afetivos e/ou de solidariedade. Sem dúvida, este aspecto conceitual é necessário, porém polêmico diante das configurações e visões teóricas que elucidam tal temática.

O segundo diz respeito à inserção da abordagem territorial na política. Bem observado por Couto *et al.* (2011, p. 50), “[...] o território é também o terreno das políticas públicas, onde se concretizam as manifestações da *questão social* e se criam os tensionamentos e as possibilidades para seu enfrentamento” (grifo da autora). A perspectiva territorial presente na PNAS (2004) pressupõe que as ações a serem planejadas precisam levar em consideração as questões particulares que envolvem o local de atuação, isso coaduna com o debate do território habitado e usado, fruto das relações sociais estabelecidas entre os sujeitos que nele habitam.

Partindo deste entendimento, bem como por entender a pluralidade que formata o cenário brasileiro, aborda-se a seguir um panorama da política de Assistência Social na região amazônica, em especial no Estado do Amazonas, tendo em vista a necessidade de sistematização da PSB nos municípios de abrangência do estudo.

Considerações Sobre a Política de Assistência Social no Contexto Amazônico

Com base nos estudos de alguns autores (TEIXEIRA, 1998; MACIEL, 2002; SILVA, 2012), observa-se que a Assistência Social faz parte do contexto sócio-histórico de formação da Amazônia. Seguindo os ditames do cenário nacional, a Assistência Social emerge com práticas caritativas e de benemerência, passando pelo estágio de política pública e afirmando-se na atualidade numa perspectiva de política que tem muito a contribuir para o desenvolvimento social e humano das populações amazônicas, embora, ainda se presencie fragilidades na sua operacionalização.

Conforme Teixeira (1998), na Amazônia o Estado é ínfimo em sua atuação, pois privilegia as políticas econômicas e investe uma parcela irrisória de recursos no campo Social. Explica ainda, na constituição das políticas públicas na Amazônia, o Estado sempre atuou na ótica do sistema capitalista, buscando riqueza material, cuja “[...] realidade oscila em prosperidade e oportunidade para uns e miséria e dificuldades para a maioria” (TEIXEIRA, 1998, p. 104).

Para esta mesma autora, falar de Assistência Social na Amazônia requer, *a priori*, entender de que Amazônia se está falando, pois, sua constituição sócio-histórica pressupõe tratá-la de forma heterogênea. Tal heterogeneidade se expressa na exuberância e riqueza dos recursos naturais, na biodiversidade, no universo de povos e culturas, nos aspectos geográficos, na ganância do capitalismo que destrói e avança no

desmatamento do verde, na ideologia dos ditos projetos de desenvolvimento pensados na lógica da modernização conservadora, entre outros fatores.

Neste cenário complexificado, Maciel (2002, p. 134) registra que:

[...] a assistência social precisa considerar, em sua elaboração, os modos de articulação/regulação da vida cotidiana na heterogeneidade e complexidade da Região [Amazônica], para, em sua intervenção assistencial, fortalecer as redes mais frágeis presentes na luta pela sobrevivência diária. Este é, sem dúvida, um dos maiores desafios práticos, teóricos e políticos para a intervenção da área assistencial. (MACIEL, 2002, p. 134).

Tais desafios de intervenção só podem ser compreendidos no bojo de construção da política de Assistência Social na Amazônia, cuja esperança de renovação quanto a sua operacionalização sobreveio com a criação da CF e a LOAS que, com a proposta de descentralização, oportunizou aos municípios a municipalização de suas próprias políticas. Tal fato, conforme Teixeira (2008, p. 149), rompe com a visão padronizada de uma política que, na sua essência, sempre foi pensada “[...] para uma realidade urbano-industrial sul-sudeste”. Não obstante, para uma real descentralização como pede a LOAS é preciso fiscalização aproximada e contínua, o que ainda não ocorre proficuamente.

Neste mosaico chamado Amazônia, encontra-se o Estado do Amazonas que é considerado, em termos territoriais, o maior da Amazônia Legal, inclusive do Brasil, por possuir 1.559.161,682 km², embora detenha um dos mais baixos índices de densidade demográfica, ou seja, 2,23 habitantes por km² (IBGE, 2010). Neste território, existem 62 municípios com população de 3.483,985 habitantes, dos quais 2.755.490 vivem na área urbana e 728.495 na área rural.

Em relação a este número populacional verifica-se um percentual bastante elevado no que tange ao quadro de extrema pobreza da população (renda per capita abaixo de R\$ 70,00), sendo maior no contexto rural, pois, segundo os dados do IBGE (2010), o percentual deste público equivale a 53,94%, uma diferença de 7,88% em relação ao público urbano que equivale a 46,06%.

Neste sentido, ao tomar como base os objetivos da Assistência Social contidos na PNAS (2004) percebe-se que, ao lado de outras políticas públicas deveriam assegurar para a população amazonense ações de intensa contribuição na medida em que sua concretização ocorresse de forma equânime, justa e acessível aos que dela

necessitam. Entretanto, esta condição de política continua sendo desafio de efetivação frente ao cenário de ofensiva neoliberal que não exclui a região amazônica.

Na mesma direção do contexto nacional, no Amazonas a política de Assistência Social segue as regulamentações do SUAS para operacionalizar o trabalho desenvolvido pela PSB e PSE. Neste caso, a gestão é comandada pela Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS). Em se tratando da PSB com foco nos CRAS, o Relatório de Informações Sociais (2014) evidencia a existência de CRAS cofinanciados em todos os 62 municípios do Estado, o que significa um avanço neste item da política. A tabela na sequência sistematiza a organização da Assistência Social quanto as instituições básicas no nível de estado do Amazonas.

Tabela 1 – Quantitativo básico de instituições organizacionais da política de Assistência Social – Brasil e Estado do Amazonas – 2014/1

Instituições	Implantados (ativos no CADSUAS)		Cofinanciados pelo MDS			Cofinanciados em implantação		Lanchas de Assistência Social - AM
	BR	AM	BR	AM	Municípios/AM	BR	AM	
CRAS	7.989	90	7.497	92	62	141	4	42
CREAS	2.268	34	2.325	41	41	204	7	
Centro POP	151	1	304	2	2	157	1	

Fonte: Sistematização do Pesquisador a partir do Relatório de Programas e Ações do MDS – 2014/1.

É possível perceber que há diferenciais entre as instituições implantadas e ativas no CADSUAS e aquelas cofinanciadas pelo MDS. Existem 92 CRAS cofinanciados, porém, apenas 90 aparecem como ativos no CADSUAS. Compreende-se então, que uma ou duas gestões municipais não estão formalizando os registros no CADSUAS.

Este quadro das instituições precisa de uma reflexão quanto a operacionalização dos serviços socioassistenciais, uma vez que não é suficiente a criação de qualquer que seja a instituição, é necessário oferecer, ao mesmo tempo, todos os recursos para a real efetividade das ações: estrutura e infraestrutura adequada, recursos humanos qualificados, materiais e financeiros. Da mesma forma, os profissionais que estão na “ponta” de execução do trabalho precisam assumir o compromisso ético-político e consolidar as atividades numa perspectiva humana, equânime e justa, para tanto precisam das condições adequadas para este atendimento.

Destaca-se ainda a partir da Tabela 1 a presença de lanchas da Assistência Social na realidade dos municípios amazonenses, perfazendo um total de 42. Tal questão assenta-se de suma importância em razão das peculiaridades que compõe o cenário da região. O rural, principalmente aqueles locais mais longínquos, dificilmente são alcançados pelos projetos, programas, benefícios e demais ações da Assistência Social, requerendo assim um trabalho, ainda que parcial, dos profissionais que saem das sedes municipais e deslocam-se para as localidades distantes da área urbana.

Diante desse contexto, visando melhor compreender a dinâmica de organização e operacionalização da política de Assistência Social no Amazonas, a seguir destaca-se, entre os municípios do Baixo Amazonas, Maués e Parintins, os quais fizeram parte do estudo, logo a necessidade de discutir a política de Assistência Social focalizando na PSB e com destaque para as sedes dos municípios, pois são nas cidades que estão centradas as SEMAS e os CRAS.

A Operacionalização da Assistência Social em Maués e Parintins: Desafios da Proteção Social Básica

Maués, localiza-se a leste do Estado do Amazonas, sendo que a cidade está distante da capital Manaus a 276 km em linha reta, ou equivalente a 45 minutos por via aérea e 356 km via fluvial. Possui população de 52.236 habitantes; destes, 25.832 (49,45%) são moradores da zona urbana e 26.044 (50,55%) da zona rural (IBGE, 2010).

Já a cidade de Parintins, está situada à margem direita do Rio Amazonas, fica distante da capital a 369 km em linha reta e 420 km via fluvial. O acesso a esta localidade é somente via aérea com duração de 50min, e/ou fluvial com aproximadamente 18h de barco. O município abarca uma população de 102.033 habitantes; destes, 69.890 (68,50%) estão situados na área urbana e 32.143 (31,50%) contabilizados na zona rural (IBGE, 2010).

A partir da pesquisa realizada com gestores das SEMAS, profissionais da Equipe Técnica de Referência dos CRAS, bem como com as mulheres usuárias dos serviços socioassistenciais, ficou perceptível que a Assistência Social é mais do que necessária na atual conjuntura pela qual passam Maués e Parintins, contudo, tais sujeitos entendem que sua concretização ainda tem muito a percorrer para efetivar-se como política de direito e cidadania para aqueles que são atendidos pelos serviços.

Ademais, advogam críticas quanto as burocracias institucionais e as fragilidades nas estruturas físicas das instituições assistenciais. Enfatizam que o financiamento do governo federal nem sempre dá conta de atender as demandas no âmbito dos serviços socioassistenciais, isso porque a realidade amazônica é heterogênea em termos geográficos e socioculturais, desse modo, nem sempre os recursos financeiros são compatíveis com as demandas.

Esta visão de subalternização da Assistência Social à outras políticas públicas é premente no seu percurso de constituição. Mesmo quando se tornou integrante da Seguridade Social, continuou sua configuração de “prima pobre” da Saúde e Previdência (COUTO, 2010), embora aos poucos este estigma venha sendo superado.

Segundo informações dos Planos Municipais de Assistência Social (PMAS) (2014-2017), em Maués, no ano de 2014, o governo federal destinou R\$ 259.200,00 para os serviços ofertados nos CRAS, sendo que o necessário seria em torno de R\$ 320.000. Já em Parintins foram destinados R\$ 324.000,00, mas o necessário para atender a demanda seria de aproximadamente R\$ 388.800,00. Daí as críticas sobre o financiamento segundo os gestores entrevistados.

Sobre o trabalho desenvolvido pela PSB nos CRAS, delimitou-se neste artigo duas questões. A primeira diz respeito ao nível de gestão da política e a organização dos CRAS. Nos dois municípios a política de Assistência Social encontra-se no nível de gestão plena. A NOB/SUAS (2005) ao tratar dos níveis de gestão do SUAS pondera que: estar neste nível de organização, significa dizer que o município tem a gestão total das ações de Assistência Social; assume a responsabilidade de organizar a PSB e PSE em seus diferentes níveis de complexidade. Em relação a isso, Silva et al. (2011) observa:

Trata-se, portanto, de um nível de gestão que exige uma estrutura operacional mais ampla em termos de alocação de recursos financeiros, estruturação de equipamentos sociais e instâncias de gestão e controle social, bem como uma política de recursos humanos. (SILVA *et al.*, 2011, p. 69).

Acredita-se que a predominância da gestão plena nos dois municípios expressa um avanço importante, considerando as dificuldades estruturais e administrativas que permeiam os municípios brasileiros. Não obstante, tal nível exige que o gestor preencha alguns requisitos como forma de assegurar o trabalho realizado.

A NOB/SUAS (2005) expõe sumariamente tais requisitos, dentre os quais, identificou-se que alguns não estão sendo contemplados na realidade estudada.

Um desses critérios diz respeito à estruturação dos CRAS de acordo com o porte populacional do município. Maués, sendo de Médio Porte (por possuir mais de 50.000 e menos de 100.000 mil habitantes) deve ter no mínimo 2 CRAS, mas, contém 3, o que denota avanços. No entanto, Parintins, considerado de Grande Porte (haja vista ter mais de 101.000 mil habitantes), deve ter no mínimo 4 CRAS, porém, existem apenas 3, assim, precisa ampliar para cumprir o que determina a NOB/SUAS (2005).

Ao serem questionados sobre a condição do espaço físico e infraestrutura para a realização do trabalho nos CRAS, os profissionais entrevistados afirmaram que:

	Subcategorias retiradas a partir das falas	Transcrição de trechos das falas dos sujeitos da pesquisa
Parintins	<p>Espaço físico do CRAS inadequado</p> <p>Falta de sala de atendimento individualizado</p> <p>Mobiliário incompleto</p>	<p>Nosso espaço físico é muito limitado. Não é o correto pra trabalhar, mas infelizmente é o que temos, [...] então a gente tem que se adequar conforme o espaço que temos e atender da maneira que dé, entendeu! Não tem uma sala de espera, de atendimento social, de oficinas para os usuários [...]. (Coordenador – CRAS/Parintins).</p> <p>[...] O prédio aqui antes era um bar, agora se tornou CRAS, né! E a gente não tem estrutura para trabalhar [...] Só tem uma sala da secretaria e outra ali atrás, mas lá também funciona as oficinas [...]. Eu tenho um código de ética e tento seguir isso rigorosamente [...], porém, aqui as vezes é impossível [...]. Veja a mobiliária, também é muito pouco (Técnico 2 – CRAS/Parintins).</p>
	<p>Falta de transporte específico do CRAS</p>	<p>[...] Não precisa nem a gente comentar porque na observação você já está vendo a situação [...]. Transporte nós não temos! Só temos nosso transporte particular. Quando a gente precisa fazer uma viagem pra comunidades como Aninga, Parananema e Macurany a gente solicita da SEMASTH, daí eles disponibilizam pra esse trabalho, mas procuramos atuar dentro da realidade que possuímos (Técnico 1 – CRAS/Parintins).</p>
Maués	<p>Sala de uso coletivo inadequada</p>	<p>[...] O CRAS não está adequado de acordo com as normas, tipificação da Assistência Social. É o que o município pode oferecer, visto que não existe um prédio pronto para o CRAS [...]. O ideal mesmo seria ter um espaço mais amplo por conta das atividades coletivas. A sala é pequena para um grupo de 15 grávidas, por exemplo. [...] Às vezes a gente vai lá pra fora, pra baixo da árvore [...] (Técnico 1 – CRAS/Maués).</p>
	<p>Espaço físico do CRAS alugado</p>	
	<p>Inacessibilidade na estrutura física do CRAS</p> <p>Parceria com outras instituições</p>	<p>Aqui a parte da estrutura em si que é precária [...]. Não está adequado como deveria, até mesmo pra acessibilidade para que eles [usuários] possam se sentir mais seguros. Então precisaria ser mais abrangente. Mas, a gente tem parcerias [...] pra viabilizar as atividades [...] (Coordenadora – CRAS/Maués).</p>

	<p>Poucos materiais para a realização das atividades</p> <p>Falta de transporte específico do CRAS</p> <p>Compromisso na operacionalização dos Serviços</p>	<p>O nosso trabalho na assistência social é permeado por muitas dificuldades [...]. Não temos espaço adequado, nem tão pouco todos os materiais necessários. Nós temos o que chamamos do básico-emergencial. [...] Não temos, por exemplo, transporte [...]. Quando é lugares mais distantes [...] a gente pede colaboração de nossos orientadores e nós damos a gasolina que é concedida pela SEMAS [...]. Então, são essas “pequenas” dificuldades que dificultam nosso trabalho, mas não deixamos de fazê-lo! [...] Não temos computador, impressora, né!. Este CRAS não possui toda infraestrutura como rege os documentos da política de Assistência Social (Técnico 2 – CRAS/Maués).</p>
--	---	--

Quadro 1 – Condição de espaço físico e infraestrutura dos CRAS de Maués e Parintins.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

A partir das falas dos entrevistados e da observação sistemática realizada durante a pesquisa de campo, identificou-se que os CRAS pesquisados de Maués e Parintins apresentam pontos comuns em alguns aspectos e diferentes em outros. O conteúdo em análise expõe que: os CRAS funcionam em prédios alugados, com estrutura física insuficiente para atender a demanda; não há mobiliário completo, de modo que os profissionais precisam fazer “arranjo” no cotidiano de trabalho. Em face disso, o texto Orientações Técnicas/CRAS (2009) afirma:

O CRAS não pode ser compreendido simplesmente como uma edificação. A disposição dos espaços e sua organização refletem a concepção sobre trabalho social com famílias adotada pelo município [...]. Os CRAS não podem ser instalados em edificações inadequadas e improvisadas (p. 47-48).

Uma primeira recomendação é que todos os ambientes do CRAS sejam providos de adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, salubridade e limpeza (p. 51).

Se comparado os dados da pesquisa com o que determina o documento em questão, verificam-se incompatibilidades quanto a organização e infraestrutura da instituição, por consequência, incide na dinâmica do trabalho.

Apesar da realidade exposta, os profissionais procuram atuar dentro de suas possibilidades. Segundo eles, ao adentrarem na instituição assumiram um compromisso com os usuários e, ainda que as dificuldades sejam constantes é preciso usar estratégias profissionais a fim de viabilizar aquilo que foi planejado.

A segunda questão delimitada neste trabalho é no tocante aos usuários. Para estes, questionou-se sobre o acesso, entendimento que tinham do CRAS e os motivos-bases para continuarem a participar das atividades:

	Subcategorias elaboradas a partir das falas	Transcrição de trechos das falas dos sujeitos da pesquisa
Maués	Acesso à informação e conhecimentos diversos	É uma coisa de muito importante para nós, porque traz informações, benefícios e sempre que preciso de algo, elas me ajudam. Faz esse trabalho com as crianças, né! As atividades de artesanatos e as outras coisas (ENTREVISTADA 6).
	Socialização	O CRAS é uma coisa [...] boa, porque a gente vai pra lá e conhece novas pessoas, a realidade delas, eu gostei de participar. É uma casa das famílias né! [...] (ENTREVISTADA 3).
	Cursos profissionalizantes Aprendizado para obtenção de recurso financeiro	Então, buscar mais conhecimentos, porque lá gente tem informações sobre várias coisas, e a questão da aprendizagem por meio dos cursos, como eu estava sem fazer nada, resolvi ir (ENTREVISTADA 5).
Parintins	Local de cuidado da família	O CRAS pra mim é uma residência boa, uma família, que dão atenção pra gente. Não tenho queixa não (ENTREVISTADA 5).
	Atendimento familiar Socialização	É legal, por que eu trago meus filhos pra cá. Eles estudam de manhã e quando é a tarde a gente vem pra casa, pelo menos a gente não fica só em casa, [...] fica aprendendo aqui (ENTREVISTADA 10).
	Atendimento psicossocial	Teve um tempo que tive problemas na família e foi preciso eu procurar um psicólogo. Seu Edi [psicólogo] era muito legal, depois comecei a conversar com outra e isso me ajudou, daí eu resolvi passar a vim pra esse CRAS, eu gosto daqui (ENTREVISTADA 1).
	Cursos profissionalizantes	É um lugar que dá oportunidade de aprender. Aqui a gente participa de muitas coisas, as oficinas, as conversas com as colegas e isso servi pra mim né! (ENTREVISTADA 1).

Quadro 2 – Entendimento sobre o CRAS e os motivos para permanência nas atividades.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Do conteúdo, depreende-se que a permanência das mulheres no CRAS está atrelada a diversos motivos. O primeiro refere-se ao acesso à informação e conhecimentos, visto que o atendimento nos CRAS deve propiciar ascensão a determinadas questões individuais ou familiares. Parafraseando Torres (2009), ao recorrer a uma determinada instituição da Assistência Social, o usuário espera que o profissional seja capaz de construir uma resposta profissional que dê conta de suas necessidades engendradas pelos processos heterogêneos do sistema capitalista.

O segundo motivo diz respeito ao atendimento psicossocial. Sem dúvida, na PSB a equipe interdisciplinar lida diretamente com esta demanda com vistas a contribuir na resolução das problemáticas que lhes são apresentadas. O terceiro, diz respeito aos cursos profissionalizantes, pois, na operacionalização dos serviços socioassistenciais existem momentos de aprendizagem para os usuários. Muitas vezes, promovido a partir de parcerias com outras instituições por meio de cursos que beneficiem o conhecimento e aprendizado sobre confecção de produtos diversos.

Coerentemente com o que diz a PNAS (2004) tem-se um último motivo o qual está relacionado ao atendimento familiar. Na oferta dos serviços socioassistenciais no CRAS o trabalho social com famílias aparece como questão basilar, trata-se de um trabalho que envolve todos os entes familiares e, é em busca deste que muitos usuários procuram a intervenção dos profissionais que ali atuam.

Diante do exposto, ficou notório que as atividades desenvolvidas tem contribuído para o estado social e econômico em que se encontram os usuários dos serviços. Em contrapartida, observou-se no decorrer do estudo e com base nas falas dos informantes que tal contribuição é por vezes ínfima não atingindo de maneira ampla e aprofundada aqueles sujeitos e suas famílias que buscam o atendimento no CRAS.

Considerações Finais

A partir do estudo realizado é possível afirmar que, enquanto política pública, não resta dúvida sobre a importância que tem a Assistência Social no contexto de crise do capital, especialmente para aquelas populações sobrepajadas pelas incompletudes da vida, tais como o escasso acesso às políticas públicas, aos direitos sociais, o desemprego corrente, entre outros.

Contudo, no campo da PSB persistem resistências para a concretização dos serviços socioassistenciais conforme prescreve os documentos legislativos da política. Citam-se: questões de estrutura e infraestrutura das instituições assistenciais, os recursos financeiros e materiais, as competências profissionais, a rotatividade dos trabalhadores do SUAS que é corrente nos municípios estudados, bem como as condições econômicas por parte dos usuários em pôr em prática aquilo que lhes foi orientado e/ou aprendido.

São estas e outras questões que desafiam a operacionalização da Assistência Social, em especial da PSB nas realidades estudadas. Assim, faz-se necessário e urgente (re)pensar o que está posto na PNAS e nos outros materiais teórico-metodológicos do SUAS, a fim de construir alternativas de ações/intervenções que promovam mudanças reais nos diversos contextos do povo amazônida.

Referências

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social** (LOAS). Texto reformulado em 2011. Brasília (DF), 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília (DF), 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica** – NOB/SUAS. Brasília (DF), 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Assistência Social: avanços e desafios**. (Cartilha do SUAS). Brasília (DF), 2013.

COUTO, Berenice R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, Berenice R., et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em Movimento**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=am>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

JACCOUD, Luciana. Proteção Social no Brasil: debates e desafios *In: CONCEPÇÃO e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. MDS. Brasília: UNESCO, 2009.

MACIEL, Carlos A. B. A família na Amazônia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 71, p. 122-137, set. 2002. Edição especial.

MAUÉS (Município). Secretaria Municipal de Assistência Social. **Plano Municipal de Assistência Social** – 2014/2017. Maués, 2014.

MDS. Sistema Único de Assistência Social. Proteção Social Básica. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília (DF), 2009.

PARINTINS (Município). Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação. **Plano Municipal de Assistência Social**: 2014/2017. Parintins, 2014.

SILVA, Maria O. da S.; ARAÚJO, Cleonice C.; LIMA, Valéria F. S. de A. Implantação, Implementação e condições de funcionamento do Suas nos municípios. *In: COUTO, B. R. et al. (Org.). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 32-65.

SILVA, Heloisa H. C. da. **Expressões da Assistência Social no Médio Juruá**: Amazonas. Manaus: EDUA, 2012.

TEIXEIRA, Joaquina B. A Assistência Social na Amazônia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 19, n. 56, p. 97-113, mar. 1998.

TORRES, Mabel M. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio-educativo. **SERV. SOC. REV.**, Londrina, v. 12, n.1, p. 202-227, jul./dez. 2009.

YAZBEK, Maria C. Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS. *In*: **CAPACITASUAS**: Configurando os Eixos de Mudança. Brasília (DF): MDS, 2008.